

RESOLUÇÃO APROVADA NA VIII CONVENÇÃO

A esquerda contra a dívida

A manifestação de 15 de Setembro mudou o país. A maior manifestação das últimas décadas mostrou que o povo não se resigna à austeridade.

Mas esta é uma luta prolongada: o orçamento de Estado trará, além da hecatombe fiscal sobre o trabalho, cortes drásticos em serviços públicos já ameaçados de colapso.

Perante a desagregação do governo e da coligação que o sustenta, o PS do memorando abstém-se, procura fôlego no pior populismo e propõe a redução do número de deputados.

Pelo seu lado, o Bloco responde na luta pelo derrube do poder da troika, fazendo o caminho de um governo de esquerda. Da moção de censura ao congresso das alternativas, das manifestações populares à greve geral.

1 ESTA DÍVIDA NÃO É NOSSA

1.1 - A dívida tornou-se um argumento dominante do bloco central e uma acusação contra o povo: “vivemos acima das nossas possibilidades”.

Essa acusação abriu as portas para a chantagem que impôs a troika: “não há dinheiro para pagar salários”. Assim se manipulou a responsabilidade pela crise, deslocando-a da ganância dos mercados financeiros para os povos e para as dívidas públicas. Reescreveu-se a história da crise, com novos culpados, para uma narrativa à medida da ditadura dos credores. A crise das dívidas soberanas serve um potente ataque ideológico e uma massiva transferência de riqueza do trabalho para o capital.

1.2 - A troika foi chamada para socorrer o sistema financeiro.

Com o patrocínio de Cavaco Silva, a banca portu-
guesa atirou o país para os braços da troika. Um plano co-

ordenado e executado também na TV e que, em poucos dias, levou à assinatura do memorando. A banca portuguesa é a que detém menos dívida pública do seu país, quando comparada com as suas congéneres europeias. Mesmo assim, os benefícios da banca privada somam 30% do empréstimo da troika. O Estado endivida-se para salvaguardar os acionistas da banca.

1.3 - O endividamento dos Estados está a ser aproveitado para um ataque aos direitos, aos salários e aos serviços públicos.

As “reformas” são essencialmente a desvalorização do trabalho: cortar salários e cortar direitos. Passos Coelho definiu este caminho: “empobreecer”. A dívida está a ser o caminho para um aumento brutal da exploração.

1.4 - As verdadeiras raízes da crise são os donos de Portugal e a arquitetura disfuncional da moeda única. A promiscuidade entre poderes públicos e privados resultou na perda de recursos relevantes para o financiamento do Estado, como no resgate milionário do BPN, nos negócios das parcerias público-privadas, nas privatizações de sectores estratégicos, nos monopólios de renda garantida. O país endividou-se para servir os interesses da classe dominante.

1.5 - A moeda única aprofundou as desigualdades da construção europeia e agudizou o endividamento dos Estados da periferia. O modelo de construção do euro diminuiu a capacidade de intervenção dos Estados na economia e fez dos salários a única variável de ajustamento de trajetórias nacionais heterogêneas. Menos salário resultou em mais crédito, fruto sobretudo de políticas de crédito agressivas, sobretudo à habitação, mantendo o nível do consumo até a recessão o fazer colapsar. A maior parte da dívida externa portuguesa não é pública mas sim dos bancos privados portugueses aos bancos alemães e franceses. A moeda única criou autoestradas de capital de sentido único da periferia para o centro.

1.6 - Romper com a ditadura dos credores é romper com o garrote da dívida. O Bloco exige o cancelamento da dívida ilegítima e uma renegociação que imponha o compromisso do Estado com os direitos constitucionais. É imprescindível uma auditoria à dívida, que identifique a sua parte ilegítima e a que resulta do ataque especulativo. O Bloco apoia a iniciativa cidadã em curso para este efeito.

2. O GOVERNO DA TROIKA É O GOVERNO DO DESEMPREGO E DA POBREZA

2.1. - A austeridade é um beco-sem-saída. O descalabro das receitas do Estado, mesmo com aumento de impostos, anuncia o descontrolo do défice. A dívida aumenta e a sociedade afunda-se na recessão e no desemprego. Dos PEC ao memorando, a política económica assenta na redução de salários, pensões, apoios sociais, investimento e serviços públicos, na privatização de bens comuns, em graves retrocessos na legislação laboral.

2.2. - O objetivo da austeridade é o desemprego. O desemprego e a precariedade atuam como fortes mecanismos de chantagem sobre o/as trabalhadore/as, facilitando a baixa salarial, com a proliferação da pobreza, mesmo entre quem tem emprego. A austeridade ataca a emancipação das mulheres, que são a maioria na precariedade, no desemprego, nos salários baixos. A emigração em massa, que começa pelo/as mais jovens e qualificado/as, ameaça as condições de recuperação futura de padrões de desenvolvimento sustentáveis e aponta o caminho do declínio nacional. O primeiro problema do país é o desemprego e em particular o desemprego sem apoios, que atinge mais de metade do/as desempregado/as. O Bloco defende o acesso de todo/as o/as desempregado/as a prestações e serviços que garantam os seus direitos essenciais.

2.3. - Os sacrifícios batem sempre à mesma porta. O CDS, “partido do contribuinte”, veste a pele do cobrador de fraque. O PSD, “partido das PME”, soma falências aos milhares. Para além dos cortes salariais e dos apoios sociais, o aumento do preço de bens e serviços essenciais é a outra face desta brutalidade. O governo que ataca as famílias é o mesmo que não corta nas rendas abusivas da energia ou das PPP.

2.4. - A agenda de privatizações mostra um país a saque. O governo aliena posições importantes em sectores estratégicos e monopólios naturais. O ciclo das privatizações das grandes empresas está a fechar-se. GALP, PT, EDP, grandes grupos construídos com o investimento público, foram já privatizadas, criando rendas monopolistas que parasitam a economia e que, em alguns casos, são transferidas para o Estado chinês ou para a família do presidente angolano. Mas este governo quer ir ainda mais longe: Águas de Portugal, TAP, ANA, CTT ou RTP. As empresas públicas de transportes, a pretexto da redução da sua dívida, cortam salários, postos de trabalho e serviços, para abrir caminho à sua privatização. A própria direção do processo de privatizações (António Borges) deixa à vista a promiscuidade entre grupos económicos e responsabilidades políticas presentes e passadas.

2.5. - Os serviços públicos estão sob ameaça de ruína. A palavra de ordem é cortar, impondo a exclusão

económica. São disso exemplo a nova carta hospitalar, a mega-contratação de empresas privadas para colocar médico/as à hora e a redução dos cuidados garantidos pelo SNS. Na educação, aumenta o número de aluno/as por turma, continua a política dos mega-grupamentos, reduz-se o número de professor/as com aumento da carga letiva individual e despede-se em massa. O governo trata mal a escola pública, enquanto aumenta os apoios ao ensino privado. Os cortes na investigação científica comprometem os avanços registados nos últimos anos. Na justiça, ao aumento de custas, soma-se um mapa judiciário de abandono das populações mais carenciadas, as do Interior. Na cultura, a grande novidade é a destruição de todo o investimento. O ataque é à própria ideia das artes como um fazer profissional e um bem público. A privatização da RTP é uma machadada no serviço público de televisão. Este é um dos aspetos da agenda conservadora que acompanha a política austeritária.

2.6. - Depois dos sacrifícios, o país está pior. A austeridade está a destruir o país desde os PEC. O PS continua a defender que foi o chumbo do PEC IV que lançou o país na desgraça. Mas a facilitação dos despedimentos, os cortes no SNS, a lei para os despejos do/as inquilino/as e as privatizações estavam já nos PEC. O PS, que chamou a troika, não pode argumentar que há uma austeridade redentora. A troika foi a consequência da pressão financeira. Foi a austeridade do PS, aliado à direita, que lhe abriu as portas.

3. A TROIKA É A FRONTEIRA

3.1. - A política da troika demonstra que na alternância não há alternativa. O memorando foi subscrito em conjunto pelo PS e pelos partidos da direita. O PS aprovou ou viabilizou até agora todas as decisões fundamentais para a aplicação do memorando, participou no consenso do tratado orçamental europeu. O voto do PS contra o OE/2013 não o descompromete do memorando da troika.

3.2. - A Grécia demonstra que, face à política do memorando, abre-se caminho a uma alternativa de governo contra a troika. A partir desta lição, em Portugal, o manobrismo político das forças que protegem a alternância serve para iludir a continuação do seu apoio

ao memorando. Abre-se espaço à esquerda para o confronto sistemático da base de apoio, não só do PS, como também dos próprios partidos da direita, com os crimes sociais da austeridade. O resultado desse confronto será decisivo para uma alteração positiva da relação de forças.

3.3. - Esse é o nosso centro: toda a unidade política e social do campo da rutura com o memorando. Na oposição a cada medida do plano de austeridade, este campo procura expandir-se, fazendo de cada conflito concreto o terreno da máxima convergência.

3.4. Ficou demonstrado nas eleições gregas qual é o destino dos discursos ambíguos à esquerda: os que recusaram a rutura com o memorando, integram agora o apoio parlamentar ao governo Samaras, reduzindo-se a um instrumento de reabsorção pelo campo austeritário de parte da base perdida pelo Pasok. Pelo contrário, o Syriza, com uma estratégia independente e de confronto com a troika, foi a expressão de um europeísmo de esquerda que recusa a bancarrota e a saída do euro, ganhando apoio de um amplo sector social.

3.5. - O país não precisa de austeridade mitigada. Precisa do contrário da austeridade, de uma política que ataque a estagnação e o desemprego. A maior clareza sobre a necessidade de romper com o memorando da troika é condição para a maior ousadia nas convergências, quer na oposição a medidas concretas, quer na construção de uma política alternativa.

4. A LUTA POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

4.1. - O Bloco tem o seu programa político. Em 2011, o Bloco respondeu à intervenção da troika e, desde então, desenvolve uma resposta sistemática à situação crítica do país. Em próximas eleições, atualizará perante o/as eleitores/as o seu programa de transformações essenciais para a sociedade.

4.2. - O Bloco propõe um governo de esquerda assente na rutura com o memorando da troika. Esta é uma proposta de unidade, de aliança política ampla. Os resultados do Syriza demonstram que, noutras condições de enfrentamento político e social, este apelo unitário a um poder alternativo pode ser apoiado por um sector social potencialmente maioritário.

4.3. - Na devastação austeritária, a esquerda anti-capitalista deve demonstrar capacidade e vontade de gerar uma maioria e um governo de rutura com a troika assente em pontos claros:

(1) Anulação da dívida abusiva, redução da dívida a 60% do PIB e renegociação de prazos e juros com todas as instituições credoras, públicas e privadas, nacionais e internacionais;

(2) Reposição dos rendimentos cortados e garantia dos direitos essenciais à Escola pública, ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social pública;

(3) Nacionalização da banca intervencionada pelo Estado, com mobilização de recursos para o investimento público e para o pleno emprego, e dos bens comuns privatizados ou concessionados (energia, combustíveis, telecomunicações);

(4) Novo sistema fiscal, combatendo a fraude e deslocando carga fiscal do trabalho para o capital e património.

4.4.- Este governo deve corresponder a um mapa político reconfigurado, desde logo no campo político e social do PS, para que muitos se juntem à oposição ao memorando. Exige também disponibilidade unitária do PCP e, sobretudo, um novo protagonismo popular. Só esse movimento pode dar força a escolhas estratégicas fundamentais: redistribuição da riqueza social, reestruturação da economia para criar um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável que respeite os equilíbrios naturais e defenda a produção nacional.

5. EUROPEÍSMO DE ESQUERDA

5.1. - Sob a ditadura dos credores, só são oferecidas duas alternativas: o autoritarismo de um Estado europeu que se impõe a todos os povos; ou a expulsão do euro como punição, desde logo sobre o/as trabalhador/as, primeiras vítimas da desvalorização abrupta que se seguirá. O Bloco recusa ambas.

5.2. - Esta crise mostra que é falsa a alternativa entre inter-governamentalidade e federalismo como modelos políticos para a governação da UE e que ambos são autoritários. A crise resulta do sequestro da construção europeia por governos cuja orientação é destruir a Europa social a golpes de austeridade e

recessão. Onde tem havido demasiada Europa inter-governamental, tem faltado a Europa da coesão social e territorial.

5.3. - Uma União Europeia pilotada pelo jogo inter-governamental só trará a desconstrução europeia.

Ilusório seria acreditar que outra engenharia institucional centralizadora e federal salvará a União Europeia do abismo. Se precisamos de políticas de cooperação supra-nacional, é claro que um Estado europeu que anule a legitimidade democrática de cada país é um erro gravíssimo que hipoteca definitivamente a disputa de hegemonia contra as políticas liberais. A construção europeia deve respeitar a identidade cultural e a soberania de todos os Estados. Cada Estado europeu deve ter a sua democracia soberana para decidir a distribuição dos rendimentos. O Bloco de Esquerda não aceita a imposição do pacto orçamental.

5.4. - O Bloco apresenta-se com uma alternativa europeia – e não apenas nacional – à austeridade e da recessão. Essa resposta inclui:

(1) Mutualização das dívidas através da emissão de títulos de dívida europeia.

(2) Orçamento da União mais robusto, que permita projetos comuns para o emprego e o nivelamento “por cima” dos direitos sociais.

(3) Combate ao dumping fiscal em toda a União Europeia, estabelecendo mínimos de tributação sobre o capital e eliminando os paraísos fiscais no espaço europeu e impondo uma tributação sobre transferências financeiras.

(4) Banco Central Europeu subordinado às instituições eleitas, centrado na criação de emprego e garantindo o financiamento dos Estados.

(5) Mínimos sociais europeus e política de coordenação para o aumento dos salários.

5.5. Uma resposta europeia à crise implica a rejeição do Tratado de Lisboa e da sua lógica. O Tratado de Lisboa não resolveu nenhum problema e é fonte permanente de entraves institucionais às respostas necessárias. Por outro lado, o diretório e a lógica política do Tratado de Lisboa alimentam uma crise de legitimidade democrática que enfraquece o projeto europeu e o mantém subordinado à estratégia da NATO.

5.6. - O Bloco defende um processo constituinte europeu, com base num processo participativo e democrático. Esta refundação da construção europeia deve ser consolidada pela transferência dos poderes europeus para instituições democráticas. O Bloco defende uma arquitetura institucional europeia onde o poder legislativo resida num sistema parlamentar em duas câmaras de eleição direta, sem prejuízo de plataformas de ação coordenada entre os países, que preservem a sua capacidade de decisão.

5.7. - As eleições europeias serão a primeira votação nacional após a formação do governo PSD/CDS. O Bloco procura fazer delas uma expressão concertada da esquerda europeia em resposta à austeridade, juntando a alternativa contra a austeridade na Europa à alternativa contra os seus intérpretes no nosso país.

5.8. - A esquerda deve bater-se por uma frente unida das periferias. Essa é a resposta necessária à estratégia do cordão sanitário em torno de cada país sob o ataque da finança. É necessária maior densidade de colaboração com os nossos aliados do Partido da Esquerda Europeia, assim como com todas as correntes socialistas, na Europa e no Mundo, com quem possamos construir debates e agendas comuns.

6. ESQUERDA PELO SOCIALISMO

6.1. - Do diagnóstico à alternativa. Uma das motivações fundadoras do Bloco foi o diagnóstico da crise da política e a recusa da alternância sem alternativa. O Bloco é parte e motor de uma reconfiguração do mapa político português, da emergência de uma esquerda plural e de maioria, com vocação unitária e capacidade transformadora. O Bloco rompeu com a tradição sectária e mudou a luta socialista.

6.2. - A elite que dirigiu a modernização conservadora do país não pode nem quer mudar o regime social no interesse da maioria da população. As fragilidades da nossa economia e a persistência do atraso e das desigualdades são testemunhos desse fracasso. Uma sociedade justa tem de passar pela derrota dessa classe dominante através da mobilização social. Essa é a fratura que divide o país: a força dos movimentos contra uma elite incompetente e rentista. Os donos

de Portugal são o problema histórico que o país tem que resolver.

6.3. Socialismo é o nome de uma emancipação feita de todas as emancipações. Por isso, avaliamos cada luta pelo valor dos direitos que defende. Ao fazer o Bloco, recusamos fugir da disputa dos caminhos da sociedade para particularismos temáticos. Não substituímos um programa por uma manta de reivindicações. Pelo contrário, queremos fazer do Bloco uma casa comum das lutas concretas pela liberdade e pela justiça. Foi assim que o Bloco quis e construiu vitórias essenciais: uniões de facto, aborto, paridade, transparência das remunerações dos grandes patrões, enriquecimento ilícito, descriminalização do consumo de drogas, direitos do/as imigrantes, direitos do/as doentes, sigilo bancário. É assim que o Bloco defende a criação de legislação que proteja os direitos dos trabalhadores no sentido que haja democracia nas empresas.

6.4. O mercado ou o planeta.

O Bloco bate-se por respostas aos problemas ambientais, do aquecimento global aos problemas locais, e rejeita a sua secundarização. Reestruturar a economia para proteger a natureza, reconverter setores produtivos poluentes e garantir a propriedade e gestão públicas dos monopólios naturais, bem como medidas para reduzir consumos de energia e água, promover energias renováveis, reduzir emissões de gases de efeito de estufa, defender o transporte público, resistir à “eucaliptização” da floresta e a regeneração urbana, entre outras, são medidas que devem estar no centro da decisão política para a justiça e democracia ecológica e não reféns de mecanismos de mercado que fazem do ambiente um negócio. O reforço da proteção civil é uma exigência crescente, perante as consequências dos extremos meteorológicos provocados pelo aquecimento global.

6.5 Pelo respeito dos animais. O Bloco tem tido um papel reconhecido na proteção para com os animais e reconhece a crueldade e sofrimento que os animais são sujeitos, comprometendo-se a combater todas as formas de violência. Nesse sentido, o Bloco defende a substituição de touradas e outros espetáculos que violentam animais por iniciativas culturais e desportivas, a esterilização de animais de rua como alternati-

va ao abate em canis e o recurso a alternativas ao uso de animais na ciência e na educação.

6.6 A opção pela paz. A retórica da promoção da democracia e da proteção das populações, oculta a continuação da política da guerra por recursos naturais, tutela política ou contenção de lutas de autodeterminação. A revisão do conceito estratégico da NATO impõe, em violação ostensiva da Carta da ONU e do Direito internacional, a sua atuação agressiva em qualquer parte do globo. O Bloco de Esquerda reafirma que o fim dos blocos militares é um princípio essencial de uma política de paz e democracia. Portugal deve pôr fim à sua pertença à NATO e contribuir para processos de prevenção de conflitos e diplomacia preventiva.

6.7 O socialismo é a democracia toda. A experiência dos regimes totalitários do Leste da Europa constitui uma dura lição para a esquerda socialista. O caminho da supressão de liberdades e direitos políticos, da eliminação do pluralismo político, da confusão entre Estado e partido teve consequências trágicas que alienaram a promessa socialista e ainda hoje comprometem a construção de alternativas ao capitalismo. A rutura com essas experiências é um elemento central do nosso projeto. A democracia, enquanto caminho, não é negociável e não pode estar sujeita a políticas de exceção ou suspensões. O Socialismo é a democracia toda ou não é Socialismo.

6.8 A democracia toda na vida pública e na economia significa a devolução do direito pleno de participação política, como significa a devolução dos bens comuns, do controlo do crédito e dos sectores estratégicos da economia à propriedade social, Em suma, o primado da política social contra o do mercado

6.9 Nunca desistimos. O Bloco assume o legado de todas as lutas e revoluções que desafiaram a exploração e a injustiça, a guerra e o colonialismo, ao longo dos últimos séculos. Essa herança transporta o projeto da superação do capitalismo: como escrevemos no nosso manifesto fundador, "é daqui que queremos partir para a construção de uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança."

7 A MAIOR URGÊNCIA É A RESPOSTA SOCIAL

7.1. A segunda década deste novo século trouxe-nos novidades na luta social. A principal delas foi, em várias regiões do mundo e em particular no sul da Europa, a emergência continuada de protestos de massas, a partir de fora das organizações sociais tradicionais. Estas erupções de indignação são uma característica do nosso período histórico e impõem uma atitude aberta e o envolvimento da esquerda, em vez de reações de temor ou conservadorismo.

7.2. A manifestação de 15 de Setembro de 2012, que terá reunido um milhão de pessoas em todo o país, trouxe um novo protagonismo popular na situação portuguesa. As responsabilidades da esquerda perante mobilizações deste tipo são muito grandes: trata-se não só de propor uma alternativa de sociedade e uma saída política concreta, mas também de contribuir para a dinamização dos novos espaços de luta que se abrem na resposta à austeridade, em todo o território e em todos os setores, de forma aberta e sem tentações de controlo e manipulação dos espaços próprios do movimento.

7.3. O Bloco de Esquerda desafia os 99%, para que a sua indignação não se dissolva nos truques do rotativismo. O Bloco empenha-se na construção de espaços de participação e luta popular alargada, para resistir à política da troika e à austeridade.

7.4. Nos últimos anos, foram dados passos importantes na expressão organizada de trabalhadores/as precários/as. Devem ser apoiados e multiplicados. Falta ganhar mais enraizamento social. Há um imenso exército de juventude precária (e também de gente cada vez menos jovem). É preciso dar voz às suas reivindicações e dar força à unidade na luta.

7.5. O movimento sindical é construído sobre raízes que lhe dão uma força única. O movimento sindical tem uma presença organizada e nacional, devendo articular a sua intervenção com o movimento sindical internacional. O aumento da exploração tem ocorrido pela subversão das regras e direitos laborais. No mundo da globalização, o capital procura impor a individualização das relações de trabalho.



7.6 Perante este ataque, impõe-se maior empenho coletivo e individual, respeitando sempre a autonomia dos movimentos. No movimento das comissões de trabalhadores (CT), aponta-se para a necessidade de uma rede nacional de CT. No sindical, que mais ativistas se candidatem a dirigentes e a delegado/as sindicais. Incentivaremos a participação ativa e intervenção política dos/as aderentes na constituição destas redes, determinante para o alargamento do Bloco como partido de massas. E isso exige mais organização por setores e empresas, tarefa nacional de todo o Bloco de Esquerda.

8. TAREFAS E MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

Para a VIII Convenção, as prioridades de organização são: (1) a criação de formas ativas de participação na decisão e de caminhos para o ativismo em coletivo; (2) o alargamento da rede de comunicação de ideias.

8.1. O Bloco estrutura-se atualmente em organizações concelhias e distritais e numa organização de jovens estudantes. Em todas elas faltam processos de participação que se acrescentem a assembleias de debate e aos organismos eleitos. A partir da Convenção, esses processos devem ser alargados através de plenários distritais e concelhios mais regulares e também de:

(1) Coletivos de iniciativa, que se reúnam por temas ou por acontecimentos, para criar capacidade militante. As normas do Bloco sempre o permitiram, falta é a decisão e o estímulo - de cima para baixo e de baixo para cima. Quem quer envolver-se em atividade, reflexão ou campanha intensa, deve poder fazê-lo e ser apoiado nesse sentido.

(2) Coletivos sectoriais para juntar forças, estimular a criação de alternativas de esquerda ou apoiar o trabalho de eleitos nos movimentos sociais (seja em sindicatos e CTs, seja noutros movimentos). Num partido onde convivem diversas abordagens e visões, esses coletivos não são tutelados por cadeias hierárquicas, antes escolhem o seu caminho com respeito por todas as alternativas. O partido deve estimular os coletivos existentes e dinamizar a atividade regular que melhore a disputa de influência social.

(3) Processos eleitorais mais intensos, mantendo os procedimentos estatutários estabilizados no Bloco, e concretizando-os, pelo menos nos distritos com mais

de 500 inscritos, através de assembleias distritais no modelo de convenção, com debate político e votação de moções de orientação.

8.2. O modo de organização é sempre um contrato entre ativistas e o movimento que formam. Nestes dois anos, o nosso contrato é criar o espaço para garantir que a base de um partido de massas seja constituída por muito/as ativistas organizado/as em permanência e em rede.

8.3. Existe um trabalho profissional de organização. Ele garante as elevadas exigências de transparência e rigor financeiro, a preparação da agitação e da propaganda, das iniciativas e campanhas, bem como a assessoria e a atividade institucional e popular dos eleito/as. O Bloco valoriza esse apoio indispensável. Coordenar esse trabalho profissional e dele dar conta a todo o movimento caberá a secretariados com uma regra de renovação de mandatos, que deve ser fixada nos Estatutos.

8.4. Cinco anos depois da sua criação, o esquerda.net é uma referência de informação crítica e um instrumento essencial de trabalho político.

8.5. Necessitamos de instrumentos de trabalho ideológico: a revista Vírus foi renovada na sua segunda série, lançada em papel e na internet, e constituirá, com a Cultra, uma plataforma de divulgação das ideias socialistas e dos grandes debates estratégicos: classes, Estado, movimentos, ecologia, género, poder, revolução.

8.6. Os Estatutos definem claramente o modelo de funcionamento da direção do Bloco, com uma Mesa Nacional (80 membros), eleita em listas pela Convenção e que dirige o movimento na aplicação das suas decisões, uma Comissão Política que assegura a condução política permanente e um Secretariado que cumpre funções executivas. Esses são os órgãos estatutários do Bloco, que definem o princípio fundamental do trabalho coletivo da direção eleita.

8.7. Na sequência da VIII Convenção, os dois primeiros nomes da lista para a Mesa Nacional, um homem e uma mulher, são os representantes políticos e institucionais do Bloco e coordenam a sua Comissão Política.

9. INTERVENÇÃO REGIONAL, LOCAL E AUTÁRQUICA

9.1. - Para além da participação dos eleitos locais, a intervenção do Bloco deve reforçar-se em todas as dimensões da democracia local, incluindo nas associações e movimentos populares. A ação do/as autarcas é um dos instrumentos dessa afirmação, nos combates pela mobilização cidadã nas questões da justiça na economia, dos serviços públicos contra as privatizações, nomeadamente da água, das políticas urbanísticas que defendam e promovam o espaço público, o património comum e o ambiente, e do desenvolvimento local sustentado, nas lutas em defesa das populações contra os efeitos da crise.

9.2. - O plano do governo é reforçar o centralismo e reduzir a democracia local a uma espécie de super-presidencialismo da maioria. A direita e o PS travaram a regionalização e convergem na intenção de distorcer a proporcionalidade reduzindo a capacidade de decisão dos órgãos eleitos diretamente e empobrecendo a democracia local. O Bloco opõe-se às mudanças na lei eleitoral que reforcem o presidencialismo e diminuam a representatividade cidadã e as oposições. Tomará a iniciativa para conferir às assembleias autárquicas poderes efetivos de fiscalização e aprovação de propostas que vinculem os executivos, nomeadamente nos orçamentos, e de moções de censura cuja aprovação leve à destituição dos órgãos executivos.

9.3. - A política autárquica do bloco central é a política da gestão dos negócios e da transferência para o/ as municípios das faturas da crise. O ataque à democracia local que a direita está a executar serve esses objetivos. O Bloco está determinado no combate aos anseios negociatas no poder local e afirmará uma intervenção política própria, de nível nacional, como fez com a defesa dos referendos locais contra a imposição da extinção/fusão de freguesias e os aumentos brutais do IMI.

9.4. - O Bloco aprofundará nas suas propostas todos os mecanismos da democracia participativa, essencial para o reforço e estruturação da democracia local, como a regulamentação do direito de petição, a criação de mecanismos participativos em matéria orçamental, a regulamentação das relações com as organizações de moradores e o referendo local.

9.5. - Nas eleições de Outubro de 2013 teremos um programa autárquico à esquerda, construído com os contributos de quem nele queira participar. Um programa alternativo ao modelo neoliberal, que mercantiliza o espaço e as necessidades sociais básicas. Este programa será defendido por candidaturas próprias, empenhadas na disputa de espaço político e de maior representação, abertas a independentes e ativistas locais que partilhem estes objetivos.

9.6. - Favorecemos todas as hipóteses de convergência com movimentos cidadãos que representem expectativas genuínas de mudança e tenham programas coerentes com estes princípios fundamentais.

9.7. - Se e onde houver possibilidades de convergência de toda a esquerda com um programa claro para derrotar a direita instalada no poder local, não será por responsabilidade do Bloco que tal convergência não se efetivará.

9.8. - O Bloco de Esquerda continuará a luta pela construção de Autonomias Regionais fundadas na democracia, no rigor das contas públicas, no combate ao abuso de poder e às ofensas à Constituição. Defendemos as Autonomias enquanto instrumento fundamental ao serviço da diminuição das assimetrias impostas pela insularidade e de emancipação dos portugueses dos Açores e da Madeira. Rejeitamos todos os programas de austeridade regionais, que destroem o emprego e empobrecem as pessoas.

9.9. - No âmbito da próxima revisão das Leis de Finanças Regionais, o Bloco bater-se-á por Leis que imponham rigor e disciplina nas contas públicas e que garantam às Regiões Autónomas os meios necessários para a prossecução das suas competências inscritas nos respetivos Estatutos Político-Administrativos.